

UMA ANÁLISE A PARTIR DA NECROPOLÍTICA DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA PARA ACESSAR O SERVIÇO PÚBLICO EM BRUSQUE, SC

AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF NECROPOLITICS OF THE CHALLENGES FACED BY HOMELESS INDIVIDUALS IN ACCESSING PUBLIC SERVICES IN BRUSQUE, SC

Andre Alonso Marques¹

Andre Luiz Thieme²

RESUMO: Esta pesquisa investiga as dificuldades enfrentadas por pessoas em situação de rua para acessar os serviços públicos na cidade de Brusque, em Santa Catarina. Como recursos de coleta de informações, são utilizadas estratégias de observação e registro, além de entrevistas semiestruturadas. Fundamenta-se teoricamente a discussão e análise dos resultados a partir da articulação dos conceitos de necropolítica, vida nua, vidas precárias e necrobiopoder. Os relatos revelam barreiras como burocracia excessiva, exigência de documentação, tratamento desumanizante e ausência de acolhimento, fatores que contribuem para a exclusão e reforçam uma lógica social higienista e marginalizante.

Palavras-chave: pessoa em situação de rua; psicologia; serviço público; necropolítica.

ABSTRACT: *This research investigates the difficulties faced by homeless individuals in accessing public services in the city of Brusque, Santa Catarina. Data collection involved observation and recording strategies, as well as semi-structured interviews. The discussion and analysis of the results are theoretically grounded in the articulation of the concepts of necropolitics, bare life, precarious lives, and necrobiopower. The narratives reveal barriers such as excessive bureaucracy, documentation requirements, dehumanizing treatment, and lack of support—factors that contribute to exclusion and reinforce a hygienist and marginalizing social logic.*

Keywords: *homeless individuals; psychology; public services; necropolitics.*

1 INTRODUÇÃO

A população em situação de rua no Brasil tem crescido de forma significativa nos últimos anos, impulsionada por crises econômicas, sociais e políticas que intensificaram desigualdades já historicamente presentes. Essa realidade é agravada por tragédias sanitárias, ambientais e estruturais, que deixaram muitas

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da Centro Universitário de Brusque. Aluno bolsista do Programa de Pesquisa financiado pelo FUNDES- UNIEDU. *E-mail:* andre.marques@unifebe.edu.br

² Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Psicoogia pela Universidade do Vale do Itajai. Docente do Curso de Psicologia no Centro Universitário de Brusque. *E-mail:* andrethieme@unifebe.edu.br

peças em condição de vulnerabilidade extrema. Em Brusque, município do estado de Santa Catarina, observa-se um aumento visível dessa população, o que tem mobilizado setores da sociedade civil na tentativa de garantir acolhimento e apoio. No entanto, a participação direta dos sujeitos em situação de rua na construção dessas respostas sociais ainda é limitada, em razão das próprias condições de exclusão e das barreiras institucionais impostas (Silva, 2022).

Esses indivíduos enfrentam múltiplas formas de violência físicas e simbólicas. A ausência de moradia fixa os coloca à margem da sociedade, tornando-os alvo de estigmatização, preconceito e agressões cotidianas (Mattos; Ferreira, 2004). O acesso a serviços públicos, em especial à assistência social e à saúde, é geralmente mediado por práticas burocráticas e por abordagens que, muitas vezes, reforçam visões moralistas e higienistas. Embora o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os profissionais da Psicologia e da Assistência Social sejam responsáveis por parte do acolhimento, observa-se uma lacuna entre o atendimento ofertado e as reais necessidades dessa população (CRP-MG, 2015).

Nesse contexto, é fundamental compreender as experiências e demandas cotidianas dessas pessoas, a fim de formular práticas mais efetivas e humanizadas. A escuta psicológica, quando fundamentada teoricamente e sensível às particularidades desse público, pode ser uma ferramenta poderosa para romper com a lógica meramente assistencialista e promover intervenções pautadas na dignidade e nos direitos humanos.

Esta pesquisa tem os seguintes objetivos: (i) identificar o perfil sociodemográfico das pessoas em situação de rua no município de Brusque; (ii) compreender suas principais demandas e dificuldades de acesso aos serviços públicos; e (iii) analisar as necessidades subjetivas que atravessam essas demandas. Parte-se de uma abordagem qualitativa, com uso de entrevistas semiestruturadas, observação e registros em campo como estratégias de coleta de dados. A amostra, composta por aproximadamente dez participantes, foi definida pelo critério de acessibilidade.

Apesar da crescente visibilidade social dessa população, ainda há escassez de estudos acadêmicos voltados à compreensão de suas trajetórias, subjetividades e relações com os serviços públicos. As pesquisas existentes, em sua maioria, concentram-se em aspectos sanitários ou epidemiológicos, negligenciando os processos sociais e políticos que produzem e perpetuam essa condição. Além disso, percebe-se um discurso recorrente que vê essas pessoas como um “problema” a ser controlado, muitas vezes mascarado pela retórica do cuidado. Este estudo visa, portanto, contribuir para a superação dessas narrativas, lançando luz sobre as experiências e as vozes das pessoas em situação de rua e propondo reflexões críticas sobre as práticas institucionais que lhes são destinadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O NECROBIOPODER

A sociedade, tal como conhecemos hoje, opera com base na não consideração das pessoas em situação de rua. Isso cria uma cisão evidente entre os sujeitos domiciliados — aos quais não se nega o livre direito de permanência e circulação — e os não domiciliados, aos quais o direito à cidade é negado em múltiplos aspectos. Prova disso são os discursos e argumentos utilizados por

moradores que solicitam a retirada dessas pessoas das calçadas por meio da intervenção de agentes públicos, desumanizando-as e tratando-as como coisas a serem retiradas de espaços considerados “limpos” e “ordenados”.

Neste trabalho, recorreremos a um conjunto de teorizações contemporâneas para sustentar a análise da realidade investigada. A proposta teórica de Achille Mbembe (2016), especialmente em relação ao conceito de necropolítica, permite compreender como se dão os mecanismos de gestão da vida e da morte, que segregam e privilegiam certos corpos em detrimento de outros. Ao lado desse aporte, utilizamos o conceito de vidas precárias, de Judith Butler (2019), que nos ajuda a compreender como certos corpos passam a ser vistos como indignos de luto, proteção e reconhecimento. Esse conceito se articula com a noção de vida nua, desenvolvida por Giorgio Agamben (2013), propondo uma reflexão sobre formas de existência que, embora vivas biologicamente, são social e politicamente abandonadas à morte.

Para avançar nos fundamentos da análise, é necessário considerar também a concepção foucaultiana sobre os mecanismos e as tecnologias do poder, que orienta a metodologia teórica adotada. Com base em Foucault, compreendemos que o poder deve ser analisado em sua microfísica, ou seja, na maneira como incide diretamente sobre os corpos, atravessando práticas cotidianas, construindo subjetividades e regulando comportamentos. Essa trajetória teórica do poder — do poder soberano ao poder disciplinar e, deste, ao biopoder — ajuda a identificar o funcionamento das engrenagens sociais e políticas que mantêm e reproduzem os modos de sujeição observados na realidade das pessoas em situação de rua.

Conforme Martins (2018), o poder soberano, é aquele que detém a autoridade sobre a vida e a morte, deslocando essas dimensões do campo natural para o domínio político. Já o poder disciplinar, segundo Foucault (2009), atua na fabricação dos indivíduos como instrumentos de seu próprio funcionamento. Nesse sentido, o corpo é moldado, controlado e otimizado para fins produtivos. Tal forma de poder, apesar de aparentemente operar pela gestão da vida, limita radicalmente a possibilidade de vivê-la, já que impõe normas, controles e exclusões. Como aponta Hilário (2016), ao contrário da soberania que decidia quem deveria morrer, o poder disciplinar administra a vida, mesmo quando isso significa colocá-la em risco ou abandoná-la. A partir daí, evoluímos para o biopoder, que não apenas regula os corpos, mas também gerencia populações inteiras, transformando a vida em objeto de cálculo e administração: “a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, 2014, p. 150).

Esse pano de fundo conceitual permite compreender a leitura feita por Achille Mbembe (2016), que utiliza os conceitos de Foucault para analisar os modos contemporâneos de exercício do poder, especialmente em contextos periféricos do capitalismo, como o Brasil. Nesse cenário, o autor cunha o conceito de necropolítica, caracterizando como o Estado escolhe quem deve viver e quem pode morrer. Segundo Hilário (2016), a necropolítica instrumentaliza a análise crítica da violência institucionalizada, das ausências deliberadas do Estado e das formas de exclusão estrutural que atravessam a periferia capitalista. Dessa forma, longe de promover políticas de bem-estar social, o poder público age pautado pela barbárie e pela indiferença. Como destaca Martins (2018, p. 16), essas táticas necropolíticas são implementadas contra diversos grupos sociais, entre os quais se encontra a população em situação de rua.

Nesse contexto, a necropolítica legitima a ação estatal violenta e seletiva, muitas vezes respaldada por discursos da própria sociedade civil que reproduzem práticas de higienismo — tanto urbano quanto social. Dois discursos principais orientam essa prática: o primeiro associa a presença de pessoas em situação de rua à degradação do espaço público, por meio de narrativas que vinculam esses sujeitos à violência, à sujeira e às drogas; o segundo reforça essa visão, adicionando uma camada racista e classista, ao reivindicar uma “revitalização urbana” que, na prática, elimina os considerados indesejáveis por meio de políticas de exclusão.

A esse debate, soma-se a contribuição de Bento (2018), que propõe o termo “necrobiopoder”. Esse conceito se refere a uma lógica ambígua e contraditória, na qual o mesmo Estado que promove políticas assistenciais é aquele que atua diretamente na morte social — e, muitas vezes, física — de determinados grupos. O necrobiopoder, portanto, expressa um sistema no qual a gestão da vida e da morte ocorre de forma seletiva, operando por meio de dispositivos que decidem quem é reconhecido como humano e, portanto, digno de viver, e quem é considerado descartável.

Ao percorrer esse itinerário teórico, partindo da arqueologia do poder foucaultiana — que vai da soberania ao biopoder —, passando pela necropolítica de Mbembe e chegando à noção de necrobiopoder de Bento, delineiam-se os contornos das práticas sociais e políticas que produzem e mantêm a permanência das pessoas em situação de rua como uma condição invisibilizada e naturalizada. As contribuições de Butler, com a ideia de vidas precárias, e de Agamben, com o conceito de vida nua, ajudam a compreender os processos de desqualificação da vida humana que se abatem sobre esses sujeitos.

Segundo Silva (2020), Agamben define vida nua como uma vida reduzida à sua dimensão biológica, vulnerável e desprovida de valor político e jurídico. Esse é justamente o paralelo possível com a condição das pessoas em situação de rua: seus corpos permanecem vivos, mas sem as garantias mínimas de cidadania e dignidade. Não se trata apenas de vulnerabilidade econômica ou habitacional, mas de uma negação mais profunda — social, política e ontológica. É necessário, portanto, tensionar o que diferencia, na lógica social contemporânea, as vidas que são consideradas vivíveis e merecedoras de proteção daquelas que são expostas ao abandono e à violência cotidiana. Nesse processo, há um traço comum e estrutural: a marca de um sistema que define, de forma implícita, quais vidas importam e quais podem ser descartadas.

2.1 ESTADO DA ARTE

As bases de dados utilizadas para pesquisa foram o Scielo e o Oasisbr. As palavras-chave buscadas foram “Pessoas em situação de rua, AND Dificuldades”, e o critério de seleção foi a busca por artigos voltados à atenção e à promoção da saúde mental de pessoas em situação de rua, ou com enfoque em questões psicossociais dessa população. Também foram selecionados artigos quantitativos sobre as dificuldades apresentadas de acesso a serviços públicos enfrentadas por pessoas em situação de rua também foram selecionados para uma primeira análise.

O resultado foi um total de 24 artigos selecionados, dos últimos 5 anos, a maioria dos quais referentes a assuntos de controle epidemiológico, questões com drogas e vulnerabilidade social. A partir disso, foram estabelecidos os seguintes critérios de exclusão: pesquisas com tenham o enfoque excessivo em temas relativos à saúde epidemiológica e/ou ao controle de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)

entre a população em situação de rua; e pesquisas quantitativas relacionadas à saúde e pesquisas com amostragem e população diferentes daquelas pesquisadas (Pinho; Pereira; Lussi, 2019; Van Wijk; Mângia, 2017).

Os artigos analisados evidenciam a forma precária de atendimento que a população em situação de rua tem, o modo como as políticas públicas funcionam na prática e os estigmas e preconceitos na vida de mulheres nessa situação. Observa-se também quais são as principais fontes de apoio dessa população, e como as pessoas em situação de rua (PSR) percebem o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), o que as leva a buscar tal serviço, e quais são suas percepções (Valle, 2020; Ximenes *et al.*, 2021; Esmeraldo; Ximenes, 2022; Campos; Cardoso; Moretti-Pires, 2019).

No trabalho de Esmeraldo e Ximenes (2022), buscou-se analisar as implicações psicossociais dos estigmas e preconceitos na vida das mulheres em situação de rua. Essa pesquisa foi feita no Centro POP, com metodologia qualitativa por meio de entrevistas com mulheres em situação de rua. O resultado da referida pesquisa sublinha as relações de opressão que atingem e expõem as mulheres às violações de direitos básicos, e o quanto os estigmas oriundos da sociedade têm a capacidade de ser incorporados inclusive por essas mulheres, afetadas em suas relações e seu cotidiano.

Percebe-se que as pesquisas encontradas delineiam traços comuns das dificuldades enfrentadas por Pessoas em Situação de Rua (PSR), trata-se da dificuldade de acessar os serviços públicos por falta de documentos de identificação, e a falta de preparo dos profissionais para lidar com essa população (Ximenes *et al.*, 2021). As barreiras existentes para acessar o serviço básico de saúde contribuem para o agravamento de doenças ou complicações de saúde das PSR. Segundo Valle e Farah (2020), essa população busca os serviços de saúde apenas quando tem problemas que interferem no cotidiano das ruas ou quando a dor se torna insuportável. O autor também destaca como marcante a dificuldade de acesso decorrente da falta de documentos e, conseqüentemente, de comprovação de residência, bem como os obstáculos para obtenção de medicamentos por falta de renovação de receita.

Os marcadores sociais de raça, gênero e classe foram encontrados na pesquisa de Campos, Cardoso e Moretti-Pires (2019), que busca compreender as implicações das identidades de gênero nas relações sociais e na saúde de pessoas LGBT em situação de rua. Os resultados discutidos giram em torno das experiências negativas com os serviços de saúde e do estigma enfrentado por essa população que apresenta outros marcadores de diferenças sociais.

O primeiro ponto a ser observado nesse estado da arte, é que, ao se buscar as palavras-chave principais, como “pessoa em situação de rua”, “desafios enfrentados por pessoas em situação de rua”, encontram-se pesquisas que tratam mais a respeito das questões de saúde em um sentido epidemiológico do termo. São abordadas questões que se correlacionam a ISTs, vício por drogas e, em menor quantidade, questões de saúde mental, ou dificuldades de acesso a serviços públicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa exploratória, visando identificar as características e as condições do atendimento às pessoas em situação de rua no município de Brusque. Segundo Creswell (2007), a pesquisa qualitativa se caracteriza

pela exploração aprofundada de fenômenos sociais e comportamentais, utilizando métodos como entrevistas e observações para obter uma compreensão detalhada das experiências dos participantes. Com isso, propôs-se ouvir as diferentes pessoas em situação de rua. Como recursos de coleta de informações, foram utilizadas estratégias de observação e registro, além de entrevistas semiestruturadas com esses usuários. A pesquisa tem caráter descritivo, para compreender uma quantidade de variáveis relacionadas às condições de vida das pessoas. Creswell (2007) destaca a importância da pesquisa qualitativa por sua capacidade de proporcionar uma compreensão detalhada e contextualizada dos fenômenos sociais, permitindo a exploração das perspectivas e significados atribuídos pelos participantes.

São pouco conhecidas a quantidade de pessoas e suas características sociodemográficas em situação de rua. Portanto, esta pesquisa propõe fazer um levantamento observacional de algumas características dessa população. (Creswell, 2007) ressalta a importância da pesquisa qualitativa ao empregar registros observacionais, ao destacar que essa abordagem permite a coleta de dados ricos e detalhados sobre o comportamento e as interações dos participantes em seus contextos naturais. Com base nessas observações iniciais, foi selecionada uma amostra estratificada da população de rua, para ser representativa das características demográficas identificadas tanto localmente quanto a partir da revisão do estado da arte apresentada. A amostra selecionada para as entrevistas foi de aproximadamente 10 pessoas, considerando a estratificação arredondada. Creswell (2007) reforça a importância da pesquisa qualitativa, especialmente ao utilizar entrevistas semiestruturadas, pois esse método permite explorar em profundidade as experiências e perspectivas dos participantes, de modo a oferecer flexibilidade para adaptar as perguntas conforme necessário durante a coleta de dados.

Para a realização da estratificação, foi considerada pelo menos uma pessoa de cada aspecto sociodemográfico identificado, com idade superior a 18 anos, considerando aspectos de raça e gênero, pois há mecanismos sociais que atuam de forma diferenciada, especialmente ao reconhecer as minorias racializadas e de gêneros não normativos. As pessoas foram convidadas a participar de forma autônoma e receberam instruções sobre seus direitos como participação da pesquisa, com a apresentação do TCLE e a obtenção do aceite. Foram excluídas da pesquisa pessoas em processo de demência ou que estivessem desorientadas por qualquer motivo no momento da abordagem inicial.

A pesquisa se utiliza de dois instrumentos. O primeiro é um protocolo de observação, no qual foram registrados a quantidade e aspectos sociodemográficos gerais de pessoas em situação de rua, buscando uma caracterização geral dessa população. A coleta de dados foi realizada em local pré-determinado no mapa incluído no protocolo de observação.

O segundo instrumento trata-se de um roteiro de entrevista semiestruturada com temas norteadores para a condução da entrevista. Esse instrumento conta com campos para preenchimento rápido do pesquisador durante a entrevista e um espaço para registro textual logo após a entrevista, o que promoveu o registro com as informações ainda recentes na memória do entrevistador. Devido às condições nas quais as pessoas foram entrevistadas, não foi possível fazer gravação em áudio das entrevistas.

A pesquisa teve duas principais etapas que conduziram o processo de levantamento de informações. Após cada etapa de coleta, foram realizadas análises para organização e compreensão da realidade estudada. Em geral, as etapas da pesquisa consistiram na observação com categorização sociodemográfica de

peças em situação de rua, por meio de registro no protocolo de observação. Nesse processo, as pessoas foram observadas para identificar aspectos de auto-organização e de acompanhantes em situação de rua. As informações foram coletadas para entender como a pessoa se comporta nessa situação. Após o registro de observação, o pesquisador aproximou-se da pessoa observada, apresentou a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e a convidou para participar da pesquisa. Nesse momento, a pessoa foi informada do registro de observação, que só foi utilizado após concordar com o TCLE.

A observação foi realizada previamente ao preenchimento do TCLE, para evitar que a pessoa alterasse seu comportamento natural, possibilitando um registro mais fidedigno da realidade das ruas. No entanto, todas as informações registradas foram apresentadas para a pessoa, para que ela decidisse se autorizava o uso dessas informações. Considera-se que essa proposta esteve coerente com a Resolução CNS 510/2016 e recebeu aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa sob código CAAE 64435022.6.0000.5636. A análise das entrevistas ocorreu por meio de análise de conteúdo, para caracterizar os elementos relacionados aos desafios enfrentados por essa população.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ONDE ESTÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE BRUSQUE: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Para o início desta análise, faz-se necessário a contextualização das circunstâncias da presente pesquisa. Ao iniciar o processo de observação das pessoas entrevistadas após a demarcação das regiões, constata-se que pouco se vê essas pessoas nos lugares de circulação das regiões centrais da cidade. Mesmo com a demarcação no mapa feita estrategicamente em locais de fácil acesso e grande fluxo de pessoas, não era possível encontrar pessoas em situação de rua na parte da tarde, após as 14 horas, nos respectivos locais demarcados. Uma vez observado e constatado que essas pessoas não circulam nesses lugares nos horários após as 19 horas, iniciaram-se outras observações em horários diferentes, como a partir das 8h da manhã até as 12 horas.

Foi recorrente na etapa de observação a dificuldade de encontrar essas pessoas nos locais previamente demarcados, assim, em uma das observações encontra-se um casal, ao lado de uma panificadora tradicional da cidade na região central próxima das regiões onde eram feitas as observações sistemáticas. Esse casal fazia abordagens para pedir comida ou dinheiro para comprar algo para fazer de comida. Dessa forma, após uma conversa com eles, o autor da pesquisa falou sobre a pesquisa e os convidou para participar. O casal aceitou e pediu que os encontrassem no local em que eles dormiam todas as noites.

Esse local fica na parte de trás do principal pavilhão de eventos da cidade, onde são realizadas as festividades mais importantes do município. Dessa forma, as duas primeiras pessoas encontradas para participar da pesquisa se trata de pessoas que estavam ao redor de uma panificadora, pedindo dinheiro ou comida para se alimentar. Nesse sentido, o que se explicita é em primeiro momento a dificuldade de encontrar essas pessoas em locais previamente demarcados, e a pouca visibilidade que essas pessoas têm no cotidiano, somente aparecendo quando fazem pedidos de alimentação ou dinheiro.

Para contextualizar como os participantes desta pesquisa foram encontrados, será dedicada a seguir uma breve contextualização. No total, foram entrevistadas dez pessoas, sendo sete homens e três mulheres. Dessas dez pessoas, duas tratam-se do casal encontrado na saída da padaria, relatado no parágrafo acima, que aqui será denominado com nomes fictícios de José e Rafaela. Uma pessoa das oito restantes foi encontrada em outro ponto da cidade, fora da região central principal. Essa pessoa será identificada como Roberto. Neste encontro, foi solicitada a participação de José na presente pesquisa e ele aceitou prontamente. As outras sete pessoas foram encontradas em conjunto no dia seguinte, um pouco à frente de onde José estava, por recomendação do próprio.

4.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

1. José, 37 anos - Natural de Iporã (PR).

José reside na região de Brusque há mais de 10 anos, após passar por outras cidades como Balneário Camboriú e Florianópolis. Ele enfrentou problemas com dependência alcoólica, que o levaram a um período de internação. José trabalhou em uma fazenda sob condições que ele considera análogas à escravidão, devido ao isolamento e à dependência total da empresa para alimentação, moradia e vestuário. Após conhecer sua companheira, decidiram viver nas ruas, especialmente após ele deixar o emprego devido à exploração. José utiliza os serviços do Centro POP, Policlínica e Prefeitura de Brusque, principalmente quando necessita de cuidados médicos, como após ter sido ferido por uma faca. Ele relata dificuldades no acesso aos serviços, devido ao tratamento recebido e à burocracia envolvida. Um episódio marcante foi quando, estando ferido, não pôde permanecer no Centro POP, o que reforçou seu sentimento de desrespeito e desvalorização no processo de atendimento.

2. Rafaela, aproximadamente 30 anos - Natural de Itajaí (SC).

Rafaela vive nas ruas há mais de dois anos, tendo recentemente se deslocado para Brusque. Ela já participou de um grupo de jovens em Itajaí, mas há nove meses não tem contato com sua mãe. Embora não tenha dado muitos detalhes sobre sua vida na rua, menciona que aprecia a liberdade proporcionada por essa escolha de vida. Ela evita acessar os serviços públicos de Brusque, especialmente o Centro POP, porque não deseja fornecer informações pessoais. Ela também expressa descontentamento com as abordagens da prefeitura e da polícia, que frequentemente tentam removê-la dos locais onde se instala. Durante a entrevista, compartilhou que consome uma mistura de álcool de cozinha, limão, água e açúcar, algo que ela afirma ser necessário para seu corpo.

3. Jasmine, 40 anos - Natural do Oeste Catarinense.

Jasmine é uma mulher de 40 anos que relata ter tido 11 filhos, todos entregues para adoção. Ela expressa profunda tristeza pela perda de sua mãe e pelas circunstâncias que a levaram a entregar seus filhos, e o último foi levado enquanto ela estava sob o efeito de drogas. Jasmine manifesta o desejo de retornar para sua cidade natal e de ter sua própria casa, embora reconheça que isso só seria possível por meio de uma moradia social fornecida pelo governo. Ela utiliza o posto de saúde de Brusque quando se sente muito mal ou precisa resolver questões de documentação. Apesar das dificuldades que enfrenta, ela não relata problemas no acesso aos serviços.

4. Andreia, 45 anos - Natural de Florianópolis (SC).

Andreia vive nas ruas há três anos. Anteriormente, ela conseguiu retornar a uma residência quando estava empregada, mas após uma desavença familiar, decidiu voltar às ruas. A partir daí, ela e seu companheiro se mudaram de Florianópolis para Brusque, onde vivem nas ruas. Andreia utiliza os serviços do Centro POP, Policlínica e Prefeitura de Brusque. Ela relata dificuldades ao tentar acompanhar seu companheiro quando ele foi ferido com uma faca e não conseguiu acesso integral ao albergue do Centro POP devido ao medo de roubo de seus pertences.

5. Roberto., 38 anos - Natural de Joinville, SC.

Roberto optou por não compartilhar muitos detalhes sobre sua história, mencionando apenas que escolheu viver nas ruas devido a dificuldades com seu passado, e considera a “família” que escolheu nas ruas como sua verdadeira família. Ele faz uso dos serviços de saúde de Brusque, como o posto de saúde e a policlínica, principalmente quando precisa de cuidados médicos. A única dificuldade que enfrentou foi a falta de documentos.

6. Fausto., 43 anos - Natural do Oeste de Santa Catarina.

Fausto vive nas ruas há mais de 15 anos, dividindo seu tempo entre Brusque e cidades vizinhas, onde eventualmente se fixou. Ele utiliza os serviços da assistência social da prefeitura, especialmente quando precisa resolver questões de documentação. Não relata dificuldades no acesso aos serviços públicos.

7. Denis., 36 anos - Natural do Oeste de Santa Catarina

Denis é dependente de álcool e vive nas ruas como uma escolha de liberdade. Ele faz uso contínuo de uma mistura de álcool de cozinha com limão, gelo e água. Ele recorre à policlínica quando se sente mal ou se fere. Ele encontra dificuldades no acesso aos serviços quando lhe é exigida documentação e endereço fixo para a prescrição de medicamentos.

8. Douglas., 36 anos - Natural do Oeste de Santa Catarina.

Douglas compartilha uma história muito semelhante à de Denis, de 36 anos. Ele também é dependente de álcool e vive nas ruas por escolha, utilizando uma mistura de álcool de cozinha, limão, gelo e água. Ele só utiliza a policlínica e encontra dificuldades quando lhe exigem documentação e endereço fixo para a prescrição de medicamentos.

9. Dara., mulher entre 35 e 40 anos - Natural do Oeste de SC.

Dara vive nas ruas devido a problemas familiares e ao uso de álcool. Ela foi diagnosticada com depressão, mas não segue nenhum tratamento medicamentoso ou acompanhamento psicossocial. Dara utiliza o posto de saúde ou a policlínica quando necessário e não relata dificuldades no acesso aos serviços.

10. Hector., 28 anos - Natural de Lages, SC.

Hector vive nas ruas devido a eventos da vida, incluindo a perda de emprego e dificuldades financeiras, sem compreender plenamente como chegou a essa situação. Ele expressa o desejo de sair das ruas. Ele utiliza os serviços de saúde e a assistência social da prefeitura de Brusque, principalmente para verificar questões relacionadas a benefícios financeiros. Ele não relata dificuldades no acesso aos serviços públicos.

4.3 QUADRO DOS DADOS COLETADOS

Quadro 1- Perfil dos entrevistados

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Total de Entrevistados	10
Gênero	Homens: 7 (70%) Mulheres: 3 (30%)
Cidades de Origem	Brusque/SC: 3 (30%) Oeste de SC: 4 (40%) Florianópolis/SC: 1 (10%) Joinville/SC: 1 (10%) Lages/SC: 1 (10%)
Tempo em Situação de Rua	Varia de 2 anos a mais de 15 anos
Acesso a Serviços Públicos	Posto de Saúde/Policlínica: 8 (80%) Centro POP: 4 (40%) Assistência Social da Prefeitura: 4 (40%)
Dificuldades de Acesso	Relatam dificuldades: 4 (40%) Não relatam dificuldades: 6 (60%)
Dificuldades Específicas de Acesso	Documentação: 2 (20%) Burocracia/Tratamento Desrespeitoso no Centro POP: 2 (20%) Medo de roubo dos pertences (Albergue do Centro POP): 1 (10%) Exigência de endereço fixo: 1 (10%)
Histórico de Trabalho	Emprego em condições análogas à escravidão: 2 (20%) Histórico de emprego formal: 4 (40%)
Dependência de Substâncias	Uso de álcool: 3 (30%) Uso contínuo de álcool de cozinha: 3 (30%)
Saúde Física e Mental	Feridos com faca (necessidade de atendimento médico): 2 (20%) Saúde mental (diagnóstico de depressão): 1 (10%)
Relações Familiares	Relações familiares mantidas: 2 (20%) Filhos entregues para adoção: 1 (10%)
Animais de Estimação	Número de animais de estimação observados: 3 (pertença com 30% dos entrevistados)

Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Quadro 2: Síntese de respostas dos entrevistados

Entrevistado (a)	Cidade Natal	Serviços Públicos Utilizados	Motivo da Busca	Dificuldades de Acesso	Impedimento de Acesso
José (37 anos)	Iporã, PR	Centro POP, Policlínica, Prefeitura	Quando foi ferido com uma faca	Sim, tratamento ruim e burocracia no Centro POP	Sim, não pôde permanecer no Centro POP quando estava ferido.
Rafaela (30 anos)	Itajaí, SC	Nenhum	Não busca serviços costumeiramente	Não usa serviços por não querer fornecer informações pessoais	Não foi impedida
Jasmine (40 anos)	Oeste de SC	Posto de saúde	Quando está muito mal ou precisa resolver documentação	Não	Não foi impedida
Andreia (45 anos)	Florianópolis, SC	Centro POP, Policlínica, Prefeitura	Quando o companheiro foi ferido com uma faca	Sim, medo de roubo de pertences no albergue do Centro POP	Não foi impedida
Roberto (38 anos)	Joinville, SC	Posto de saúde, Policlínica	Quando precisa por questões de saúde	Apenas quando estava sem documentos	Não foi impedido
Fausto (43 anos)	Oeste de SC	Assistência Social da Prefeitura	Quando precisou resolver questões de documentação	Não	Não foi impedido
Denis (36 anos)	Oeste de SC	Policlínica	Quando se sente mal ou se fere	Sim, dificuldade quando exigem documentação e endereço fixo para medicamentos	Não foi impedido
Douglas (35-40 anos)	Oeste de SC	Policlínica, Posto de saúde	Quando precisa por questões de saúde	Não	Não foi impedido
Dara	Oeste de SC	Posto de saúde e policlínica	Quando precisa por questão de saúde	Não	Não foi impedida
Hector (28 anos)	Lages, SC	Posto de saúde, Assistência Social da Prefeitura	Quando quis verificar questões sobre benefícios financeiros	Não	Não foi impedido

Fonte: Pesquisa de campo (2023)

4.3 ARTICULANDO OS DADOS COLETADOS AOS CONCEITOS: NECROBIOPODER E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Achille Mbembe (2016), em sua teoria da necropolítica, expande o conceito foucaultiano de biopolítica ao destacar como o poder soberano exerce controle sobre a vida e a morte, determinando quais grupos sociais são considerados dignos de viver ou morrer. Nos relatos das pessoas entrevistadas nessa pesquisa, percebe-se a manifestação dessa necropolítica por meio da interação constante e coercitiva das autoridades municipais e policiais. Um exemplo é o participante Douglas, que menciona a insistência em fotografá-lo e a tentativa de removê-lo do local onde vive. Ele expressa uma forma de resistência contra essa violência institucional, que não apenas ameaça sua integridade física, mas também busca anular sua presença no espaço público. Esse ato de resistir à fotografia e à remoção pode ser entendido como uma luta contra o poder que tenta inviabilizá-lo e apagá-lo socialmente.

Nesse contexto, a necropolítica não se manifesta apenas na decisão de matar ou deixar morrer, mas na gestão do abandono e na criação de "zonas de morte social", em que a existência dessas pessoas é sistematicamente precarizada. Essas práticas coercitivas e de controle exercidas pelas autoridades sobre indivíduos como Douglas, vistos como indesejáveis no espaço público, fazem parte de uma estratégia mais ampla de necropolítica, que visa à desintegração da presença e da dignidade desses indivíduos. A gestão do abandono e a criação de espaços onde a vida é precarizada refletem a necropolítica na medida em que esses sujeitos são continuamente desvalorizados e marginalizados, como se sua existência fosse uma ameaça a ser controlada e eventualmente apagada. A resistência de Douglas a essas tentativas de invisibilização representa um ato de luta contra essa forma de poder, que busca negar sua vida e sua existência enquanto sujeito social.

Nos relatos de José e Rafaela, essa necropolítica se manifesta não apenas na precariedade extrema que enfrentam nas ruas, mas também nas condições de vida análogas à escravidão que experienciaram antes de optarem por morar na rua. O conceito de necrobiopoder, conforme discutido por Bento (2018), complementa essa análise ao problematizar a condição de vida anterior ao momento em que esses indivíduos escolheram a vida na rua. Esse conceito se refere ao controle da vida de forma que a própria existência se torna um fardo, em que as condições de trabalho eram tão desumanas que a rua se apresentou como uma forma de liberdade, ainda que precária e perigosa.

Judith Butler (2018), em suas reflexões sobre "vidas precárias", argumenta que determinadas vidas são mais expostas à violência, tanto física quanto simbólica, devido à forma como são desvalorizadas no discurso e nas práticas sociais. A vida de Jasmine, marcada por violência doméstica, perda dos filhos para adoção e marginalização social, exemplifica a precariedade que Butler (2018) descreve. Essa precariedade é produzida e reproduzida por um sistema que hierarquiza a vulnerabilidade, tornando algumas vidas dispensáveis e indignas de luto. José chora ao lembrar a morte de sua mãe e a perda dos filhos. Esse choro pode indicar um luto interrompido, uma dor que não encontra espaço legítimo na esfera pública, pois a sua vida é considerada precária e, portanto, menos digna de reconhecimento e cuidado.

A experiência de José e Rafaela com os serviços públicos, especialmente com o Centro POP e a Policlínica, reflete essa situação. Eles relatam se sentir diminuídos e desrespeitados, percebendo que são tratados apenas como números e objetos de controle, sem que suas necessidades reais sejam atendidas. A burocracia, que exige documentos e endereços fixos para o acesso a direitos

básicos, funciona como um mecanismo de exclusão que reforça a precariedade de suas vidas. Essa burocratização, em vez de proteger, contribui para a invisibilidade social, negando-lhes a dignidade e reconhecimento. A violência institucional, tanto por parte da polícia quanto dos serviços sociais, contribui para perpetuar essa situação, reforçando a ideia de que essas vidas não merecem o mesmo cuidado ou proteção que outras.

José, que sofreu com a exploração em uma fazenda, onde o trabalho era forçado e as necessidades básicas eram controladas pelo empregador, chegou ao ponto de preferir a insegurança e o desamparo das ruas. Rafaela compartilha uma história similar: ela também optou pela rua após viver sob condições análogas à escravidão. A situação extrema enfrentada por eles na fazenda, como no episódio em que José foi picado por uma cobra e não recebeu assistência médica, ilustra como seus corpos eram desvalorizados a tal ponto que a morte ou o sofrimento eram aceitáveis para os patrões. A rua, portanto, torna-se um espaço de fuga do controle nefasto e do poder de morte exercidos na fazenda.

Dessa forma, é possível articular a condição dessas pessoas ao conceito de Giorgio Agamben (2013). Ao teorizar sobre a "vida nua" e o conceito de *Homo sacer*, o autor descreve uma forma de existência excluída da proteção das leis. Nesse estado, o indivíduo vive à mercê de uma decisão soberana que pode determinar sua morte ou mantê-lo em um estado de exceção permanente. As pessoas em situação de rua, conforme descrito nos relatos, podem ser compreendidas como '*Homo sacer*', pois vivem em uma zona de indistinção, não são plenamente sujeitos de direitos, mas também não são completamente abandonados pela lei. Elas estão em um limbo jurídico e social, sua existência é tolerada, mas não protegida. A ironia na resposta de Roberto – "Olha para mim e diz se isso aqui não é estar na rua" – pode ser lida como uma autoconsciência de sua posição como '*Homo sacer*'. Ele reconhece que sua vida é considerada indigna de proteção e facilmente descartável.

Nesse contexto, a rua funciona como um espaço físico e simbólico de exclusão. É o local onde se materializa a necropolítica, em que a soberania estatal decide quem pode permanecer e em quais condições. A carroça, os animais de estimação e os poucos pertences que acompanham essas pessoas testemunham a tentativa de construir uma vida em meio a um espaço de morte social. No entanto, esse espaço não é apenas um local de exclusão, mas também de resistência e sobrevivência. Paradoxalmente, a rua se torna um espaço onde essas pessoas afirmam sua existência frente a um sistema que busca aniquilá-las simbolicamente.

Os relatos sugerem que o Estado não apenas marginaliza essas pessoas, mas também as posiciona ativa e deliberadamente como despossuídas e indesejáveis. A exigência de documentação e endereço fixo, por exemplo, não só dificulta o acesso a serviços básicos como também reafirma a exclusão dessas pessoas das esferas de direitos civis e sociais. Essas exigências burocráticas, que deveriam funcionar como mecanismos de proteção e inclusão, operam, na verdade, como ferramentas de exclusão que perpetuam a condição de "vida nua". O relato de D., que menciona a dificuldade em acessar medicamentos por não ter endereço fixo, ilustra como o Estado exerce controle biopolítico sobre essas vidas, decidindo quem tem direito a cuidados e quem deve ser abandonado à própria sorte.

Apesar de toda a precariedade, a opção de José e Rafaela de viverem nas ruas também pode ser compreendida como uma forma de resistência ao necrobiopoder enfrentado por eles em seus trabalhos anteriores. Ao montar uma barraca, organizar seus pertences e manter uma rotina que inclui preparar café e alimentos, eles criam uma subjetividade alternativa e desafiam a lógica dominante

de desumanização e controle. A ausência aparente de substâncias psicoativas e a lucidez com que conduzem sua vida cotidiana sugerem que, mesmo nas condições extremas da rua, eles buscam preservar sua dignidade e autonomia.

Essa organização própria, notada pelo pesquisador, sugere que, mesmo marginalizados, José e Rafaela mantêm uma certa autonomia sobre suas vidas. Eles se recusam a se sujeitar completamente ao sistema que os explorou e agora tentam reconstruir uma vida que, embora precária, é vivida com um grau de liberdade que eles não encontraram nos contextos anteriores. Os relatos também revelam formas de resistência e de construção de subjetividades alternativas. A referência de Roberto ao seu grupo como "família" demonstra uma tentativa de recriar laços sociais e comunitários em um contexto de exclusão. Essa construção de redes de apoio, ainda que precária, desafia as lógicas dominantes de isolamento e desumanização. Ela sugere que, mesmo em condições de vida extremas, há uma busca para manter a dignidade e a solidariedade, subvertendo as tentativas de desumanização e apagamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos apresentados neste estudo revelam um panorama preocupante das condições de vida e das interações com os serviços públicos das pessoas em situação de rua na cidade de Brusque (SC). As histórias não apenas evidenciam as circunstâncias que levaram essas pessoas a viver nas ruas, como também as barreiras e dificuldades enfrentadas no acesso aos serviços de saúde, assistência social e outros recursos fundamentais.

Um ponto comum entre os entrevistados é a percepção de que os serviços públicos, muitas vezes, não atendem plenamente às suas necessidades. A burocracia, o tratamento desumanizante e a exigência de documentação e residência fixa são obstáculos significativos que impedem ou dificultam o acesso a cuidados e recursos essenciais. Em especial, a exigência de dados pessoais como condição para acessar serviços básicos cria uma barreira intransponível para muitos, que optam por não se submeter a esse processo, perpetuando sua condição de exclusão. Outro aspecto importante é o sentimento de desrespeito e desvalorização expressado por vários entrevistados, que sentem que são tratados como números ou casos burocráticos, em vez de serem vistos como indivíduos com histórias, necessidades e direitos. Isso reflete uma falha no sistema que deveria estar orientado para acolher e apoiar essas pessoas, mas que muitas vezes reforça a exclusão e a marginalização.

As trajetórias dos participantes mostram que muitos já foram vítimas de diversas formas de exploração e violência, tanto no trabalho quanto nas interações com autoridades. Esse histórico de vulnerabilidade aumenta a necessidade de um atendimento público sensível e eficaz, que vá além das respostas formais e burocráticas, oferecendo apoio real e humanizado.

Diante dos dados obtidos, fica clara a necessidade urgente de uma reformulação das políticas públicas direcionadas às pessoas em situação de rua. É imprescindível que essas políticas sejam desenhadas e implementadas com base em uma compreensão profunda das realidades vividas por essa população, garantindo que os serviços oferecidos sejam acessíveis, acolhedores e eficazes. A criação de políticas que assegurem o respeito à dignidade humana, a eliminação

de barreiras burocráticas desnecessárias e a implementação de abordagens mais integradas e humanizadas são fundamentais para promover a inclusão social dessas pessoas. Além disso, é necessário um treinamento contínuo dos profissionais que atuam na linha de frente, garantindo que estejam preparados para lidar com essa população de forma respeitosa e eficaz.

Por fim, este estudo destaca a importância de se ouvir as vozes daqueles que vivem nas ruas, entendendo suas necessidades e respeitando suas escolhas e histórias. Somente assim será possível desenvolver políticas públicas que realmente façam a diferença na vida dessas pessoas, promovendo sua inclusão social e garantindo seus direitos básicos como cidadãos.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o estado-nação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, n. 53, p. 1-16, fev. 2018.

CAMPOS, Dalvan Antonio de; CARDOSO, Heitor Mondardo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis-SC. **Saúde e Debate**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 43, p. 79-90, dez. 2019.

CRP-MG (orgs). *A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios* / **Cartilha do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais** (CRP-MG), organizador. Belo Horizonte: CRP 04, 2015. 87 p. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2016/01/a-psicologia-e-a-populac3a7c3a3o-de-rua.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ESMERALDO, A. F. L.; XIMENES, V. M. Mulheres em Situação de Rua: Implicações Psicossociais de Estigmas e Preconceitos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade vol. 1: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere SAude*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, jan. 2016. Semestral. ISSN: 2177-6342.

MARTINS, Dinaê Espindola. *Necropolítica e a produção de morte da população em situação de rua*. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia Social** [online]. 2004, vol. 16, n. 2, pp. 47-58.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania, estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios**, Revista do ppgav/eba/ufrrj [s. l.], v. 1, n. 32, p. 122-152, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/5048>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PINHO, Roberta Justel do; PEREIRA, Ana Paula Fernandes Barão; LUSI, Isabela Aparecida de Oliveira. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. **Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 3, n. 27, p. 480-495, set. 2019.

SILVA, João. Aumento da vulnerabilidade social em Brusque preocupa autoridades. **Diário de Brusque**, Brusque, 15 ago. 2022. Jornal Local, p. 3. Disponível em: <http://www.diariodebrusque.com.br/noticia>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SILVA, Reginaldo Oliveira. Morte impune, luto proibido: vida nua e vida precária em Giorgio Agamben e Judith Butler. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 43, n. 3, p. 339-360, jul. 2020.

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall; FARAH, Beatriz Francisco. A saúde de quem está em situação de rua: (in)visibilidades no acesso ao sistema único de saúde. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 30, p. 1-21, jun. 2020.

VAN WIJK, Livia Bustamante; MÂNGIA, Elisabete Ferreira. O cuidado a Pessoas em Situação de Rua pela Rede de Atenção Psicossocial da Sé. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 115, p. 1130-1142, out.-dez. 2017.

XIMENES, Verônica Moraes et al. Apoio social para pessoas em situação de rua: Interface com saúde, direitos humanos e dimensão subjetiva. **Psicoperspectivas, Valparaíso**, v. 20, n. 2, p. 18-29, jul. 2021. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242021000200018&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 6 jul. 2021.